



BOLETIM SEMANAL DO

SINDJUS-DF

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 6652001 DR/BSB
SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

10 de maio de 2002 - Ano 1

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

A greve está mais forte

Desde as 7 horas da manhã, centenas de trabalhadores promoveram piquetes em todos os órgãos do Judiciário e do MPU. De manhã e à tarde, além de participar dos piquetes, diretores do Sindjus conversaram com o ministro Francisco Fausto, do TST, com o diretor Miguel Fonseca, do TSE, com o desembargador Natanael Caetano Fernandes, do TJDF, e com lideranças da Câmara dos Deputados. Por volta das 3 horas da tarde, cerca de dois mil trabalhadores passaram a se concentrar no Supremo Tribunal Federal.



Agência Focus
A manifestação de quinta-feira em frente ao Palácio do Planalto

Animados por uma pequena banda, os trabalhadores deram uma volta em torno do prédio do STF, fazendo um apito e cantando marchinhas de car-

naval. Por volta das 17 h, o pessoal se reuniu para ouvir o informe do coordenador-geral do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, sobre o andamento das negociações no Congresso.

Policarpo disse que o líder do governo, Arnaldo Madeira, está disposto a votar na próxima terça ou quarta-feira o requerimento de urgência e também o mérito dos PLs 5.314 (do Judiciário) e 5.440 (do MPU). Essa decisão será tomada após negociações que ocorrerão na manhã de terça-feira.

A manifestação terminou no início da noite, em frente ao Palácio do Planalto. A categoria saiu disposta a intensificar ainda mais a greve partir de hoje.

Líder do governo já admite votar os PCS, mas com algumas condições

O terceiro secretário da Câmara, deputado Paulo Rocha (PT-PA), em entrevista ao Boletim do Sindjus, informou que as negociações pela aprovação dos PCS já chegaram ao ponto de o líder do governo, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), admitir votar na terça ou na quarta-feira da próxima semana o requerimento de urgência urgentíssima para os projetos e, talvez, também o seu mérito. A votação dependerá do estabelecimento de um acordo com os trabalhadores do Judiciário e do MPU na conversa que Madeira deverá ter com a diretoria do Sindjus e da Fenajufe na manhã de terça-feira da próxima semana.

Paulo Rocha foi encarregado pela liderança do PT, junto com os deputados Avenzoar Arruda (CE) e Walter Pinheiro (BA), de intermediar as conversações da liderança do governo com os representantes sindicais. Ele informou que já se reuniu três

vezes esta semana com Madeira, também para discutir outros 11 projetos de lei de interesse dos servidores públicos federais. No último encontro, o líder do governo explicitou três condições para aprovar o PL 5.314:

- Remanejar as tabelas para reduzir o seu impacto financeiro;
- Implementar o projeto em parcelas anuais;
- Fazer o primeiro pagamento apenas em janeiro do próximo ano.

A primeira proposta apresentada pelo governo era de reduzir o impacto dos projetos de R\$ 3 bilhões para apenas R\$ 1,6 bilhão. O Judiciário apresentou uma contraproposta de cerca de R\$ 2,4 bilhões, valor que o governo estaria disposto a aceitar, segundo o deputado do PT.

Paulo Rocha adiantou ao líder do gover-

no que a disposição dos trabalhadores é de garantir uma proposta que se aproxime ao máximo do projeto original, e que não abrem mão do início de sua implementação a partir de julho.

O deputado paraense, que compareceu esta semana aos atos promovidos pelos servidores do TRE de Belém, afirmou que "as assembléias dos trabalhadores e o trabalho de cobrança da direção sindical fizeram com que os deputados entrassem no clima das reivindicações. E convenceram o líder do governo a negociar".

Como se nota, o caminho apontado pelo Sindjus, de combinar a greve com as negociações, tem se mostrado correto. Daí a importância de fazer a greve crescer até a próxima quarta-feira, quando nos reuniremos para comemorar um possível acordo ou para apontar novos rumos para a luta.

A gente se vê na greve

Piquete em frente ao TRF



Botando a boca no trombone

Piquete no Tribunal de Justiça do DF



Trabalho de convencimento dos deputados na quarta-feira (8)



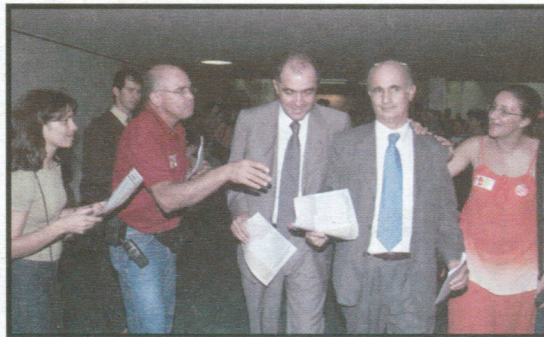
Duas mil pessoas foram até o STF

Mobilização no MPU surpreende

Cerca de 200 trabalhadores da Audin, MPDFT, PRDF e PRR ocuparam ontem à tarde o prédio da Procuradoria Geral da República e passaram de sala em sala mobilizando para a greve os servidores que ainda estavam trabalhando. A ação conseguiu um grande número de adesões. Depois disso, o pessoal seguiu para a concentração no Supremo Tribunal Federal.

A coordenadora-geral do Sindjus, Ana Paula, informou que a mobilização dos órgãos do MPU está surpreendendo e deverá crescer ainda mais nesta sexta-feira, quando a PGR voltará a ser ocupada e também se fará um arrastão no Ministério Público Militar.

Nos informes dados ontem no STF,



Trabalho de corpo-a-corpo com os parlamentares na quarta-feira, 8

Ana Paula disse que os trabalhadores do MPU estavam temendo que o procurador Geraldo Brindeiro pudesse, nas negociações com os líderes do governo, aceitar propostas sem consultar a categoria. Mas informou que o deputado Paulo Rocha, que está intermediando as conversações

com o deputado Arnaldo Madeira, garantiu que nada será votado sem que antes a proposta final seja submetida aos trabalhadores do MPU. A coordenadora disse também que o assessor de articulação parlamentar da PGR, José Martins Arantes, não está autorizado a falar nem a fazer propostas em nome da categoria.

Nessa quinta-feira, 27 procuradores da República divulgaram uma nota de apoio à greve dos trabalhadores do Judiciário e do MPU. Para que o Ministério Público seja forte e atuante, é necessário que os seus trabalhadores sejam remunerados de acordo com as suas atribuições, afirma o documento, que foi encabeçado pelo procurador Luiz Francisco de Souza.

Presidente do TJDFT apóia PCS

A diretoria do Sindjus foi recebida ontem pelo desembargador Natanael Caetano Fernandes, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Ele afirmou que as reivindicações dos trabalhadores do Judiciário e do MPU "são justas e legítimas. O movimento também".

O desembargador reclamou dos incidentes verificados na terça-feira, quando alguns servidores teriam cometido excessos. O Sindjus explicou que a greve é um movimento ordeiro e que fará todo o possível para que assim permaneça até o seu final.

O desembargador Natanael afirmou que quer buscar uma solução (a aprovação do PCS) "junto com vocês. Com seriedade". E repetiu que "a reivindicação de vocês é muito justa, pois o projeto de vocês está tramitando desde o ano passado". Ele também se dispôs a conversar com o ministro do Planejamento e com o presidente da Câmara, para acelerar a votação do PCS.

O corregedor do TJDFT, Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, acompanhou a audiência.

Diretoria do Sindjus com Natanael Caetano: "A greve é justa e legítima"



Terrorismo 1

Diretores e chefes imediatos estão telefonando para os trabalhadores do TJDFT com ameaças para pressioná-los a voltar a trabalhar. Eles devem ter faltado à aula em que o professor explicou que a greve é um direito constitucional.

Terrorismo 2

Outra ameaça ao direito de greve está sendo feita por gente da administração do TJDFT que enviou aos trabalhadores, por email, cópia do Decreto 1.480, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. Várias decisões judiciais já firmaram o entendimento de que o referido decreto é inconstitucional pois a regulamentação de uma norma constitucional só pode ser feita por lei ordinária específica.